

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS VACINAS

Matheus Motta Henriques

Rio de Janeiro/RJ 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS VACINAS

Matheus Motta Henriques

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Samuel Florensio

Rio de Janeiro/RJ 2023

PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS VACINAS

Matheus Motta Henriques

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

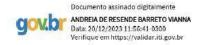
Aprovado por



Prof. Ms. Samuel Florensio Rodrigues Otaviano - orientador



Prof. Dr. Mário Feijó Borges Monteiro



Profa. Ms. Andréia de Resende Barreto Vianna

Aprovada em: 15/12/2023

Grau: 9,0

Rio de Janeiro/RJ 2023

CIP - Catalogação na Publicação

M427p

Motta Henriques, Matheus PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS VACINAS / Matheus Motta Henriques. -- Rio de Janeiro, 2023. 48 f.

Orientador: Samuel Florensio Otaviano. Trabalho de conclusão de curso (graduação) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Produção Editorial, 2023.

Revista. 2. Vacinas. 3. Material Gráfico. 4.
 Comunicação. 5. Desinformação. I. Florensio Otaviano,
 Samuel, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

(Dedicatória)

Dedico a meus pais e minha mãe, que sempre me proporcionaram todas as oportunidades e apoiaram minha escolha de vida acadêmica. A minha namorada/parceira que me apoiou nos momentos que precisei de suporte. As minhas irmãs que me motivaram a ser inspiração para elas. E Maria Rosa, minha estrela e anjo da guarda.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer aos meus pais e minha mãe, principalmente que sempre me proporcionaram todas as oportunidades e apoiaram minha escolha de vida acadêmica. A minha namorada/parceira que me apoiou nos momentos que precisei de suporte. As minhas irmãs que me motivaram a ser inspiração para elas. E Maria Rosa, minha estrela e anjo da guarda. Agradeço ao Samuel, meu orientador, que me apoiou e suportou durante esse árduo e trabalhoso processo em busca do meu objetivo.

7

HENRIQUES, Matheus. Produção de material gráfico para conscientização sobre a

importância das vacinas. Orientador: Samuel Florensio Otaviano. Rio de Janeiro, 2023.

Monografia (Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de

Janeiro – UFRJ.

RESUMO

O projeto em questão busca produzir um material gráfico final, no formato de revista sobre

vacinação, que aborde o tema e leve a informação para a população com uma linguagem

informativa e didática. No Brasil, o cenário da vacinação vem em constante discussão, com

coberturas vacinais em queda e movimentos anti-vacina ganhando força nos últimos anos, o

que se fez necessário a criação da revista sobre imunizações.

Palavras-chaves: revista, vacinas, material gráfico, comunicação, desinformação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	11
2.1 Procedimento Teórico	12
2.2 Procedimento Empírico	13
2.2.1 Construção do material gráfico	13
2.2.2 Validação do material gráfico	13
2.3 Regulamentações na produção do material gráfico 3. REFERENCIAL HISTÓRICO	14 15
3.1 Política de vacinação no cenário brasileiro	15
3.2 Linha do tempo	17
3.2.1 Revolta da vacina	18
3.2.2 Vacinação contra Poliomielite	19
3.2.3 Criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	21
3.2.4 Criação do Zé Gotinha	25
3.3 Desinformação	25
3.4 Materiais de Referência	27
4. INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE	31
5. RELATÓRIO DE CRIAÇÃO	32
5.1 Abordagem adotada	32
5.2 Estrutura de Layout	34
5.2.1 Formato	34
5.2.2 Contrução de Grid	35
5.2.3 Tipografia	36
5.2.4 Paleta de Cores	38
5.3 Processos de Produção	39
5.3.1 Impressão	39
5.3.2 Suporte	39
5.3.3 Formato	40
5.3.4 Encadernação	41
5.3.5 Acabamento	41
5.4 Estratégias de divulgação	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

As vacinas estão presentes no Brasil há mais de três séculos. O ano de 1973, foi considerado um marco histórico por conta da criação do Programa Nacional de Imunização (PNI), e destacou-se como referência internacional em políticas de saúde pública, visando à inclusão social e assistência universal em todo o país, sem discriminação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

O PNI brasileiro tem como objetivo principal controlar e erradicar doenças imunopreveníveis por meio de calendários de vacinação, tanto na rede pública quanto privada do Sistema Único de Saúde (SUS). As vacinas desempenham um papel fundamental na saúde pública, proporcionando cerca de 2,5 bilhões de vidas salvas por ano mundialmente. (PARRY, 2008)

No entanto, mesmo com todo o sucesso e estrutura de um dos programas mais bem estruturados de saúde pública no mundo, no Brasil percebe-se uma queda decorrente nas coberturas vacinais (DATASUS, 2023) e um surgimento de grupos anti-vacina. Esses grupos, muitas vezes contaram com holofotes de políticos e formadores de opinião da mídia nacional. No caso mais recente e mais emblemático, contou com a má influência do ex-presidente Jair Bolsonaro. (VERJOVSKY, 2023)

A queda das coberturas vacinais pode ser percebida desde 2025. No ano citado, a taxa média de imunização da população chegou a bater 95%. Número que caiu para os 67% no ano de 2022, colocando de vez o Brasil em estado de alerta. (DATASUS, 2023)

Diante do cenário descrito, a idealização do trabalho surgiu ao perceber a necessidade de criação de um conteúdo que combatesse essa desinformação social, de modo que levasse informações corretas e comprovadas cientificamente. A construção da Revista de Imunizações atende a expectativa de ser um material que combate a falta de informação comunicada a população, de modo que a informe com fatos e indicações necessárias para sua imunização, melhorando sua qualidade de vida e, por consequência, a saúde pública.

Destaca-se que a produção de materiais gráficos já são utilizados para a divulgação desse tipo de conteúdo, porém o objetivo desta pesquisa é compreender cada abordagem dos materiais, de modo que una as informações em um material completo e informativo para o indivíduo.

Assim, a construção da revista de imunizações serve para conscientizar e informar a população para seguir as indicações de órgãos sanitários confiáveis e que prezem pela ciência, de modo que qualquer comunicação que vá de encontro ao que a ciência pregue, não seja levada em consideração por ser de relevância duvidosa. A questão norteadora deste estudo é: O que deve estar presente nesta revista? A problemática foi considerada em função da questão norteadora.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo pautado em dados históricos acerca do tema da vacinação no Brasil e como as comunicações foram feitas ao longo dos anos. A pesquisa exploratória e documental acerca do tema será aplicada para o desenvolvimento de um material gráfico que aborda os principais pontos sobre a vacinação.

O método de pesquisa foi conduzido pelo referencial da psicometria de Pasquali, organizado em procedimentos teóricos e empíricos (PASQUALI et al., 2013). A construção da revista sobre a vacinação exige uma pesquisa histórica bem definida para que o resultado do produto final esteja de acordo com o objetivo educacional do material e sirva de maneira útil ao seu público alvo. Dessa forma, a psicometria de Pasquali et al. (2013) estabeleceu o percurso metodológico necessário para o desenvolvimento e obtenção desse tipo de material, revestindo-o de qualidades métricas válidas para elaborar um produto que atenda o público alvo com um conteúdo informativo e que seja de utilidade para que o indivíduo tenha consciência sobre a importância da vacinação. Esse percurso foi pautado pelo modelo de construção de instrumentos proposto por Pasquali et al. (2013) adaptado. Utilizou-se duas etapas ou procedimentos, conforme mostra a figura 1.

Figura 1 – Etapas para elaboração e construção do produto final para a conscientização da população sobre a importância da vacinação, de acordo com a psicometria de Pasquali *et al.* (2013)



Fonte: Pasquali et al. (2013)

Porém, visto que por ser um material gráfico e educacional, não visa um retorno financeiro em si, mas sim uma adesão populacional a partir de sua utilidade prática do material, a metrificação dos resultados é mais qualitativa do que quantitativa.

2.1 - Procedimento Teórico

Tratou-se de um levantamento de referências estéticas de materiais usados e divulgados em pontos de vacinação e consultórios médicos registrados durante visitas de campo e em levantamentos feitos na internet. Materiais de indústrias farmacêuticas, materiais produzidos pelo governo foram objetos de pesquisa. O critério de seleção utilizado no levantamento desses materiais foi buscar aqueles que apresentassem informações para o público leigo e que abordassem o tema de vacinação, independente da faixa etária, e que ainda estivessem em circulação, ou estiveram recentemente, visto que as informações sobre a vacinação são dinâmicas e atualizam constantemente. Com isso, busca-se relacionar com os fundamentos teóricos de design que configuram elementos visuais complementares na formação de cada, e repensar o que já está circulando no mercado para um conteúdo mais completo e informativo para a população.

As literaturas buscadas como referências foram estudos relevantes para a construção histórica dos programas de vacinação no Brasil, desde os primórdios da vacinação no país, passando por marcos históricos como a revolta da vacina, as campanhas de eliminação da poliomielite e chegando no ápice da problemática da vacinação durante a pandemia do covid-19 com um governo negacionista e surgimento de movimentos anti-vacinas, a qual culminou no cenário atual de problemática, objeto deste estudo, e necessidade de uma conscientização sobre a vacinação na população. Essa pesquisa histórica sobre as vacinas no país e o levantamento de materiais de referenciais estéticos servirão de referencial teórico para a produção da revista.

Para chegar em um ideal de projeto final, foram levados em conta 3 tipos de literaturas pesquisadas.

- Literatura histórica científica: buscou-se informações históricas sobre a vacinação, como implementação de campanhas governamentais, erradicações de doenças, revolta da vacina e o surgimento da problemática da pesquisa que é a descrença da população acerca das vacinas.
- Referenciais estéticos: recolheu-se alguns materiais referenciais sobre o tema de vacinação, com o intuito de servir de inspiração para a produção de um novo projeto.
- Literatura sobre design: o referencial teórico para elaborar o material final de modo que estivesse de acordo com o objetivo do produto em si. Alinhado com sua mensagem, elementos visuais e com seu público alvo.

2.2 - Procedimento Empírico

2.2.1 - Construção do material gráfico

Após recolher todas as etapas do procedimento teórico, como estudos históricos relacionados ao tema, criou-se uma síntese e a decisão de seguir com a criação e implementação de uma revista como um material final.

O projeto em si pode ser estruturado, após uma revisão de literatura relacionada ao assunto que culminou na elaboração de uma revista gráfica. Após esta revisão de artigos que abordam o tema sobre a história da vacinação no país, juntando com a problemática da difusão de fake news e movimentos anti-vacinas, a revista gráfica surge como uma possibilidade de formato para o combate da problemática da descrença da população com as vacinas e a falta de compreensão da importância dela.

2.2.2 - Validação do material gráfico

A validação da forma, aparência e principalmente do conteúdo do material gráfico foi baseada em referências adquiridas na pesquisa sobre cada área do conhecimento formando uma simbiose. Sobre a forma e aparência, buscou-se na literatura sobre design e os mais indicados padrões estéticos e editoriais para que o conteúdo cumprisse seu objetivo de produção. No caso de conteúdo, buscou-se nas referências científicas, divulgações científicas, notas de instituições de saúde e literaturas históricas para que o conteúdo estivesse inexoravelmente pautado apenas no que é defendido e comprovado cientificamente.

E para a confirmação destes pontos, conteúdo e forma foram validados baseados nos 12 critérios indicados por Pasquali et al. (2013).

Quadro 1 – Critérios e requisitos para avaliação do protocolo gráfico. Pasquali, 2013.

Critério de Análise	Requisitos para avaliação
Comportamental	O material é aplicável, com instruções claras e precisas para serem utilizadas
Objetividade	O objetivo proposto é passível de ser alcançado mediante as instruções fornecidas
Simplicidade	O material apresenta uma ideia única e contínua
Clareza	O conteúdo é compreensível, simples, claro

	e inequívoco
Relevância	O protocolo é pertinente e atende ao objetivo proposto
Precisão	Os itens presentes no protocolo são distintos e não geram duplas interpretações
Variedade	A linguagem do protocolo é adequada para o público alvo
Modalidade	O vocabulário é adequado e não gera ambiguidade para o público alvo
Tipicidade	O conteúdo apresenta expressões condizentes com a temática
Credibilidade	O material apresenta referências confiáveis e reconhecidas acerca do tema
Amplitude	O material é prospectivo suficientemente para compreensão da temática
Equilíbrio	O conteúdo proposto apresenta-se de forma equilibrada e coerente, sem segundas intenções

Fonte: Adaptado de Pasquali et al (2013).

2.3 - Regulamentações na produção de material gráfico

Segundo a RDC 96 da Interfarma (ANVISA,2008), padrões e exigências devem ser seguidas na confecção de materiais que abordam conteúdo científico, os quais, não podem apresentar informações científicas de prescrição e diferencial de produtos para público leigo, os quais são pessoas que não tem uma especialização em nenhuma área da saúde.

Dessa forma, todos os materiais de literatura reunidos para a confecção do material gráfico deverão ser utilizados de maneira condizente com o público para o qual será destinado¹.

_

¹ Art. 1º Este Regulamento se aplica à propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão.

3. REFERENCIAL HISTÓRICO

3.1 - Política de Vacinação no cenário brasileiro

Dentre os direitos garantidos a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, a saúde sempre foi um dos mais debatidos e discutidos no cenário social, político e judiciário. Em 1948, com a criação dos direitos humanos da ONU, os quais garantiam a todo os cidadãos o direito à vida e a dignidade humana, com aconstituição 1988 eles de fato passam a fazer parte de uma garantia constitucional para a população brasileira. Assim, o Estado passa a ser a instituição responsável por garantir que esse direito seja cumprido inexoravelmente de maneira gratuita e universal. Tal medida constitui-se com uma ampliação do assistencialismo estatal, o qual antes era apenas disponível para grupos que tinham condições de arcar com os custos de um tratamento na rede de saúde privada, excluindo e jogando ao ostracismo a população sem condições financeiras, de modo que o exercício de seus direitos à saúde garantidos pela ONU, não fossem materializados. (SANTOS DE MOURA, 2017).

Em 2023, comemora-se os 35 anos da Constituição Federal de 1988, a qual se fez reconhecida pelas garantias de desenvolvimento de políticas sociais, das quais destaca-se o SUS (Sistema Único de Saúde), que apesar de suas problemáticas existentes em nosso país, ainda se potencializa por oferecer assistência médica gratuita e universal para sua população (PAIM, 2013). Indubitavelmente, suas falhas são explícitas, mas em um cenário caótico o SUS se mostrou muito bem preparado para um estado de crise pandêmico recentemente vivido globalmente e principalmente no Brasil, considerado um país subdesenvolvido. Nesse contexto, a capilaridade na vacinação gratuita contra a COVID-19 se tornou viável e possível por conta de uma estrutura já montada para atender a população. Mesmo que com defeitos sistemáticos e ineficiências gritantes, o SUS resistiu e se tornou crucial no combate ao coronavírus. A saúde gratuita esteve presente para todos, mas nem todos adotaram a causa e argumentaram contra às definições sanitárias a respeito da vacinação com o argumento de ferir a liberdade individual, muito também por conta de referências políticas e militâncias de movimentos anti-ciência (VERJOVSKY, 2023)

No artigo "A vacinação obrigatória como um dever constitucional e um direito fundamental coletivo: saúde pública versus liberdade individual em tempos de pandemia da COVID-19" (JUNIOR; VASCONCELOS, 2023), analisa-se a obrigatoriedade da vacinação, considerando-a como um dever constitucional e um direito fundamental do corpo social, reconhecendo-se a possibilidade de se estabelecer certas restrições às liberdades individuais em detrimento da saúde pública. Tais direitos, deixam de ser pertencentes apenas ao indivíduo, e

se tornam um direito garantido para a coletividade (JUNIOR; VASCONCELLOS, 2023). Durante os últimos anos, com a vivência de uma pandemia de COVID-19, tal abordagem das limitações à direitos fundamentais, entrou em pauta de discursos políticos e sociais, sob a alegação da prevalência de direitos coletivos e destruição de supostos direitos básicos individuais. A suposta restrição à direitos e liberdades individuais é admissível, desde que informe a população de maneira correta com transparência e de acordo com as indicações seguindo as instituições sanitárias reguladoras do país e por um objetivo de saúde pública.

No Brasil, desde 1975 a vacinação contra certas doenças é considerada compulsória, de acordo com as normas do Ministério da Saúde, com ressalvas a casos de contraindicação médica. O tema, historicamente, já causou grande insatisfação popular e, atualmente, crescem os movimentos que resistem à obrigação de se vacinar, mesmo que a arrepio da lei. Desse modo, considera-se importante que tal questão seja analisada à luz dos direitos fundamentais, sobretudo do direito à saúde. De fato, a hipótese levantada é de que o cumprimento de tal dever bem como a referida limitação são necessários para que o direito à saúde pública seja efetivado (ALVES; RESENDE, 2020). O objetivo da pesquisa, por sua vez, fez-se para compreender a intersecção entre direitos e deveres fundamentais e, no caso da saúde pública, como estes impõem à população a imunização obrigatória. Ao final confirmou-se a hipótese do trabalho, levantada no sentido de ser obrigatória a vacinação como pressuposto de efetivação do direito à saúde de todos.

Em caso de descontentamento em relação ao direito de não tomar a vacina, dentro da Constituição Federal, o artigo 5°, inciso II (BRASIL, 1988) dispõe que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" e, como complemento, o inciso VIII garante: "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;". A partir da interpretação advinda dos incisos acima, corrobora o fato de que a lei deve ser cumprida ao seguir as definições das instituições sanitárias as quais, em seu programa nacional define a obrigatoriedade da vacinação contra os antígenos recomendados. Não por uma questão de direito do cidadão, mas sim um dever em relação ao convívio social e de saúde pública. Neste caso, o limite da suposta liberdade é o perigo gerado para um outro.

No Brasil, temos diversos calendários que podem ser adotados para serem seguidos como referência. O mais recomendado é o calendário da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM, 2023), o qual traz um espectro de toda a vida e as doses que necessitam ser aplicadas, sejam elas obrigatórias ou opcionais. Nele, pode-se perceber que o Brasil garante algumas

vacinas nos seus postos de saúde de maneira gratuita e universal e também apresenta algumas vacinas que estão apenas disponíveis na rede privada de imunizações. (SBIM, 2023)

Figura 2 – Calendário Vacinal recomendado da Sociedade Brasileira de Imunizações, demonstrando as recomendações de onde e quando se vacinar.



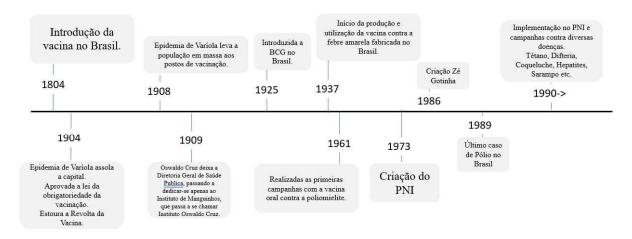
Fonte: Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) (2023)

3.2 - Linha do TempoPara contextualizar a criação da Revista sobre imunizações, fezse necessário abordar o contexto temporal das vacinas no Brasil e trazer uma linha do tempo com marcos históricos, que fizeram com que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e os calendários de vacinação da rede privada, pudessem se tornar referência para outros países na questão de saúde pública.

No contexto histórico brasileiro, destacam-se diversos marcos relacionados à imunização, os quais desempenharam um papel fundamental na promoção da saúde pública. Neste capítulo, serão abordados esses eventos, que marcaram a evolução da imunização no país, até chegarmos a problemática que nos fez buscar a produção de uma revista informativa como proposta de combate a grande desinformação social acerca da vacinação.

Abaixo, segue alguns dos fatos históricos a respeito da história da vacinação no Brasil.

Figura 3 – Fatos históricos para o desenvolvimento da história das vacinas no Brasil e que resultaram no Calendário Vacinal (público e privado) dos dias atuais.



Fonte: Linha do Tempo – Revista da Vacina/Ministério da Saúde

3.2.1 Revolta da Vacina

Dentre os tópicos mais importantes da história das vacinas no cenário brasileiro, a Revolta da Vacina é o fator chave na compreensão dos esforços que o governo precisara exercer a respeito da saúde pública e suas discussões podem ser percebidas no cenário atual por conta de movimentos de extrema direita e negacionistas.

Em dezembro de 1904, o Rio de Janeiro passava por um momento de turbulência no cenário nacional e da época. Isso porque, com o apoio da presidência de Rodrigues Alves, o prefeito Pereira Passos deu início a uma das mais importantes reformas urbanas da história do Rio de Janeiro. Nessa urbanização, medidas não populares eram constantes e isso fazia com que a população entrasse em uma certa discordância e desconfiança perante seus governantes vigentes. Medidas como a derrubada de cortiços, eram medidas que visavam ter um ganho na questão do saneamento básico, mas que de qualquer forma se enxergava muito antipopular. Nesse cenário, instala-se a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, a qual na época era a epidemia que buscava-se combater. Este conjunto de medidas não populares gerou uma desconfiança na população e foi o estopim para a Revolta da Vacina.

9 de novembro de 1904.

O jornal A Notícia publica, sem consentimento expresso das autoridades, o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, elaborado e redigido por Oswaldo Cruz. A lei, não regulamentada, fora aprovada em 31 de outubro. O povo, enfurecido, sai às ruas e, durante uma semana, enfrenta a polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros. As agitações começaram no dia 10 de novembro, com grandes ajuntamentos no centro da cidade. A polícia reagiu a tiros e com a ação da cavalaria. Barricadas e combates transformaram os bairros da Gamboa e da Saúde em praça de guerra. Os cadetes da Praia

Vermelha se sublevaram, os sindicatos marcharam ao lado do povo. Saldo: segundo uns, 30 mortos, mais de cem feridos, quase mil presos — a metade deles deportada para o Acre, e sete estrangeiros banidos do país; segundo outros, centenas e talvez milhares de mortos. (RIO PREFEITURA, 2006)

Em 1904, sem dúvidas, as práticas violentas das autoridades de Saúde da época eram um impeditivo e geravam revolta na população, a qual rejeitava a vacina muitas vezes por conta de uma imposição não dialogada com a população. O uso da força policial foi também uma solução adotada por Oswaldo Cruz e os líderes do projeto de vacinação da população invadindo residências caso cada cidadão não comparecesse nas datas determinadas para se vacinarem.

Intelectuais de renome engajaram-se na campanha contra a vacinação da maneira em que ela foi imposta. Um deles foi Rui Barbosa, o qual assumira o receio visto o desconhecimento dos efeitos da injeção.

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte. (RIO PREFEITURA, 2006)

Além dos motivos, que sempre giraram em torno do desconhecimento e desinformação acerca da vacinação em si, na época já circulavam notícias falsas sobre o local de aplicação da injeção. O boato é que as injeções seriam feitas nas nádegas, e no caso das mulheres esse fato violaria alguns códigos de valores morais da época, o que foi mais um motivo para não aceitação da vacina. Já as classes populares mantinham-se fiéis às suas práticas de cura tradicionais, desconfiando das "novidades" propostas e impostas pelos responsáveis pela saúde pública. (RIO PREFEITURA, 2006)

3.2.2 Vacinação contra Poliomielite

De todas as campanhas de vacinação da história do Brasil, a da poliomielite, também conhecida como paralisia infantil, sem dúvidas foi a que mais teve seu reconhecimento midiático e, obviamente, científico. Isso por conta de ser uma doença grave e que atinge crianças. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023) Entre os anos de 1968 e 1989, foram contabilizados mais de 26 mil casos da infecção. (FIOCRUZ, 2022)

No contexto de uma das doenças que deveria ser combatida, a vacina da poliomielite passa a ser disponibilizada ao público (NASCIMENTO, 2011). No Brasil, a vacina Salk passou a ser utilizada desde 1955, por pediatras e em campanhas de imunizações de baixa escala, as

quais eram promovidas por secretarias de saúde municipais e estaduais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Com o surgimento da vacina Sabin nos Estados Unidos e com sua liberação em 1960, cria-se um debate sobre a eficácia de cada uma delas e sobre qual das duas disponíveis trariam melhores resultados caso fossem adotadas em campanhas de vacinação. Salk ou Sabin (NASCIMENTO, 2011).

A vacina Sabin – trivalente de vírus atenuado – e conhecida por ser administrada via oral foi então oficialmente adotada pelo Ministério da Saúde em julho de 1961, mediante o parecer da comissão. Com isso, as metas passaram a ser de vacinar cerca de 25 mil crianças elegíveis para a vacinação do estado de São Paulo.

Já no Rio de Janeiro, os filhos dos funcionários do Instituto Fernandes Figueira (atualmente conhecido como a unidade materno-infantil da Fundação Oswaldo Cruz), que tinham faixa etária de 4 meses a 6 anos de idade, fizeram parte de uma experiência de vacinação. A vacinação foi em massa, ocorreu entre os dias 28 de agosto a 2 de setembro, em Petrópolis. A expectativa da campanha era de imunizar cerca de 15 mil crianças, mas recebeu ampla cobertura da imprensa, noticiada como a inauguração oficial da "Campanha Nacional de Vacinação Oral contra a Poliomielite no Brasil"

Com o sucesso prévio de campanhas anteriores, o governo federal deu seguimento às campanhas de vacinação e importou três milhões de doses de vacina oral – Sabin – para realizar uma grande campanha na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 21 de outubro de 1961, e por essa iniciativa recebeu moções de apoio de várias associações médicas do país.

Direcionado pelo raciocínio e slogan de: "Uma gota, duas doses: uma criança sadia, livre da paralisia", a primeira vacinação contra a poliomielite de grande amplitude foi levada a efeito em 278 postos instalados por todos os bairros do Rio de Janeiro e contou com a colaboração de cerca de 2.500 voluntários. Do dia 16 ao dia 21 de outubro de 1961, a expectativa era vacinar 500 mil crianças, entre quatro e seis anos de idade, mesmo aquelas que haviam recebido a vacina Salk. O sucesso e a repercussão desta campanha surge de maneira embrionária para uma implementação anual e nacional de vacinação contra a poliomielite, ou paralisia infantil (NASCIMENTO, 2011).

A partir de campanhas embrionárias de vacinação, surge a necessidade de capilaridade, convencimento e mudança de comportamento e aceitação de uma população não tão acostumado a tratar o assunto de forma natural, vide um processo histórico de desconfiança perante a instituições públicas de saúde, como percebido na Revolta da Vacina. Além disso, o

engajamento de instituições sanitárias do governo para estruturação de um sistema de saúde que suportasse a necessidade de imunização de toda sua população (NASCIMENTO, 2011).

Nesse contexto, em 1973, o Programa Nacional de Imunizações chega com o intuito de garantir a população o acesso a vacinação de maneira gratuita e universal. (MINISTÉRIO DA SAÚDE,2023)

3.2.3 Criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI)

O Brasil é tradicionalmente conhecido por possuir um amplo calendário vacinal, composto por vacinas oferecidas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através do Programa Nacional de Imunizações (PNI) (BRASIL, 2023). No PNI existe a disponibilidade de vários imunizantes que são recomendados para seguir os esquemas de imunização. Diversas doenças que apresentam imunizantes aprovados no país, recomendando por faixa etária, ocupação e condição especial de saúde. Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma queda expressiva da cobertura vacinal, a qual gera retrocessos significativos. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2022, aproximadamente 84% dos municípios brasileiros estavam em alto risco de reintrodução do poliovírus – vírus responsável por causar a poliomielite, a qual já havia sido eliminada do país (BRASIL, 2022). De acordo com o DataSUS (2023), atualmente, as coberturas vacinais de maneira geral estão na casa dos 70%, quando o recomendado pelas instituições sanitárias é de 95%.

No ano de 2023, celebra-se o quinquagésimo aniversário da criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Este tópico examina as origens e o desenvolvimento de um dos programas mais notáveis e mundialmente reconhecidos no âmbito da saúde pública, conforme investigado no artigo de José Gomes Temporão (2003).

O reconhecimento internacional da eficácia do PNI brasileiro é incontestável. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), um órgão vinculado à Organização Mundial de Saúde (OMS), cita o PNI brasileiro como referência mundial. Tal reconhecimento atesta a relevância e a eficácia do programa. (BRASIL, 2023)

O documento que delineou os fundamentos do PNI foi elaborado por profissionais do Departamento Nacional de Profilaxia e Controle de Doenças, sob a alçada do Ministério da Saúde, e da Central de Medicamentos (Ceme), vinculada à Presidência da República. Esse documento foi aprovado em 18 de setembro de 1973, data consagrada como o marco de nascimento do PNI. (BRASIL, 2023)

A década de 1970 representou uma época de contrastes e confrontações de diversos modelos e projetos no campo da saúde no Brasil. Foi um período determinante para a configuração atual do sistema de saúde brasileiro. Nesse contexto, testemunhou-se a introdução de propostas de racionalização, o emprego do planejamento como instrumento do desenvolvimento de políticas públicas, o surgimento de iniciativas que promovam a universalização dos cuidados em saúde e o estabelecimento de um novo campo de conhecimento e práticas conhecido como movimento sanitário brasileiro. Essa década foi crítica no desenvolvimento das políticas públicas de saúde e na estruturação do Complexo Médico Industrial (CMI) no Brasil. (TEMPORÃO, 2023)

O êxito da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) fortaleceu a corrente, dentro do Ministério da Saúde (MS), que advogou por maiores investimentos no controle de doenças infecciosas preveníveis por imunização. Durante o período de 1973 a 1980, diversas iniciativas de destaque contribuíram para a construção de uma base técnica, política e institucional que se consolidou nas décadas subsequentes como uma ferramenta relevante do Estado no eficaz controle de doenças prevalecentes no país. (TEMPORÃO, 2003)

A certificação da erradicação da varíola no Brasil, conferida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1973, constituiu um marco crucial nessa trajetória. A CEV, que operava com uma estrutura executiva autônoma diretamente subordinada ao Ministério da Saúde, mobilizou extensos esforços nacionais na concepção de estratégias de vacinação em massa, no apoio à produção e controle de qualidade da vacina antivariólica, na introdução de conceitos emergentes de vigilância epidemiológica e no estabelecimento de mecanismos de avaliação do programa. (TEMPORÃO, 2003)

Com o encerramento das atividades da CEV, um contingente de profissionais capacitados direcionou seus esforços para outras atividades relacionadas ao controle de doenças preveníveis por imunização. Surgiram preocupações sobre a capacidade real das estruturas formais do sistema de saúde para manter a vacinação sistemática contra a varíola após o término da campanha. Essas inquietações tinham raízes profundas e se estendiam à rede de serviços de saúde, que sofria cronicamente com desafios na contenção do conjunto de doenças passíveis de prevenção por meio da imunização.

Em 1973, o Ministério da Saúde atuava no Rio de Janeiro, resultado de uma reforma implementada pelo Ministro Rocha Lagoa em 1970. Essa reforma estabeleceu o Departamento Nacional de Profilaxia e Controle de Doenças e, dentro desse departamento, a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística de Saúde (DNEES). Até então, as atividades de vacinação eram divididas entre programas verticais do MS, como varíola, tuberculose e febre amarela, e

secretarias estaduais de Saúde, responsáveis pela poliomielite, sarampo e vacina tríplice bacteriana.

A gestão dos imunobiológicos no Brasil, até a criação do PNI, em 1973, seguia uma dinâmica tradicional. O Ministério da Saúde, através dos programas nacionais de controle de doenças específicas, era responsável por coordenar as iniciativas relacionadas a esses imunizantes. Por outro lado, as vacinas que não faziam parte desses programas ficavam sob a responsabilidade das secretarias estaduais de Saúde, com intervenção eventual do Ministério da Saúde, principalmente quando ocorriam epidemias de doenças.

Cabe ressaltar que a Central de Medicamentos (CEME), ligada à Presidência da República, incluiu os imunobiológicos em seu orçamento. No entanto, deparou-se com o desafio de programar as necessidades devido à fragmentação de comando e à dispersão de iniciativas no setor de saúde. Além disso, a escassez de especialistas em imunobiológicos e a baixa expressão econômica desses produtos em comparação com os medicamentos complicaram o desenvolvimento técnico e a programação.

Os primeiros anos da década de 1970 representaram um período de mudanças significativas no controle de doenças evitáveis por imunização no Brasil. Isso ocorreu em consonância com a iniciativa global de erradicação da varíola pela OMS e com a consolidação dos conceitos de vigilância epidemiológica. Dentre as principais iniciativas desse período, destacam-se:

- A Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), que mobilizou esforços na elaboração de estratégias de vacinação em massa, apoiou a produção e o controle de qualidade da vacina antivariólica, introduziu a vigilância epidemiológica e estabeleceu mecanismos de avaliação do programa. A CEV operava com autonomia sob a supervisão direta do Ministro da Saúde.
- Ações estratégicas conduzidas pela Divisão Nacional de Epidemiologia e
 Estatística de Saúde (DNEES), que implementou o Plano de Controle da
 Poliomielite, fortaleceu o suporte aos governos estaduais, introduziu a vacinação
 contra o sarampo e garantiu o fornecimento de vacinas.
- A relevância conferida pela CEME à questão dos imunobiológicos, incluindo a gerência, o planejamento, o suprimento e o controle de qualidade. A CEME atuou de forma decisiva como uma instância de coordenação das ações do Ministério da Saúde relacionadas à vacinação.

Um exemplo notável do impacto do PNI no Brasil é a história da luta contra o sarampo. Antes da implementação do PNI, em 1970, o Ministério da Saúde registrava oficialmente 109.125 casos de sarampo, com epidemias ocorrendo em 1980, 1984, 1986 e 1990. A partir de 1992, o Plano de Controle e Eliminação do Sarampo foi iniciado, acompanhado pela vigilância epidemiológica em todo o país. A Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo, realizada entre 25 de abril e 22 de maio, imunizou mais de 48 milhões de crianças de 9 meses a 14 anos, representando 96% do público-alvo. Esse êxito foi inédito em um país de dimensões continentais como o Brasil. (SOUZA; BARROS *et al*, 2021)

O Brasil empenhou significativos recursos na melhoria de qualidade de transporte das vacinas, na vigilância de eventos adversos pós-vacinais, na universalidade do atendimento e na modernização de seus sistemas de informação. Além disso, descentralizou as ações e investiu na capacitação técnico-gerencial dos gestores em todos os níveis de saúde. Desde 1997, o orçamento do Ministério da Saúde para aquisição de vacinas aumentou consideravelmente. Isso permitiu o crescimento da conscientização social sobre a importância da imunização na saúde pública e contribuiu para a redução da morbimortalidade, incluindo a eliminação global de doenças como a varíola e a poliomielite. (SOUZA; BARROS *et al*, 2021)

Ao longo dos quase 200 anos de história da imunização no Brasil, em especial nos últimos 50 anos com a criação do PNI, o país desenvolveu ações planejadas, sistematizadas e organizativas que resultaram em avanços significativos na área. Antes, as ações de imunização eram voltadas apenas para o controle de doenças específicas. Com o PNI, passou-se a atuar de forma abrangente e regular, visando não apenas o controle, mas também a erradicação das doenças evitáveis por imunização. (SOUZA; BARROS *et al*, 2021)

As medidas relacionadas à vacinação, caracterizadas pelo seu custo-benefício, promovem a inclusão social ao atender todas as classes sociais de forma gratuita. Isso se traduz na melhoria da saúde pública, com a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. Por meio da vacinação, doenças globais como a varíola e a poliomielite foram eliminadas, evidenciando o impacto positivo do PNI. (SOUZA; BARROS *et al*, 2021)

Em síntese, o Programa Nacional de Imunizações é de extrema importância para a sociedade brasileira, proporcionando acesso igualitário a imunizantes e demonstrando a eficácia dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde sua criação, o PNI tem desempenhado um papel fundamental na promoção da saúde pública, contribuindo significativamente para a redução da morbimortalidade causada por doenças evitáveis por imunização. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023)

3.2.4 Criação do Zé Gotinha

Para essa mudança de opinião pública, pode-se compreender como o case do Zé Gotinha, levantado no artigo de Cardoso e Schneider (2017) funcionou como uma ação de Marketing para que as campanhas de vacinação e erradicação de doenças como a Poliomielite tenham se tornado um sucesso e a população tenha aderido. Para a campanha funcionar de maneira plena, foinecessário o envolvimento de todos os poderes do governo e das áreas responsáveis do governo. Isso porque, o objetivo é a conscientização da população, de uma forma que leve as informações de maneira correta ao seu público. Logo, as aplicações do marketing são indispensáveis na administração pública pois, o objetivo final das campanhas de vacinação é fazer com que o seu público-alvo seja impactado da maneira correta e com isso passe a desempenhar um novo padrão de comportamento. (CARDOSO; SCHNEIDER,2017)

Froeming (2009) destaca a importância do Marketing Social, o qual funciona sem o objetivo lucrativo de negócio, mas sim com a finalidade de buscar trocas que não sejam fins lucrativos, mas sim com o objetivo de transformação ou manutenção de um pensamento ou ideal da sociedade.

Nesse contexto, Silva e Mazzon (2016) afirmam que o Marketing é empregado quando há uma estratégia e objetivo de mudança de uma opinião pública No caso da criação do Zé Gotinha, se passa numa mudança de comportamento individual, que seja refletido para todo o corpo social.

O Zé Gotinha surge, em 1986, como um personagem criado pelo publicitário Darlan Rosa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023) para ser a figura da campanha brasileira de vacinação contra a poliomielite e sua essência e objetivo era ser atraente para que as crianças aderissem a campanha.

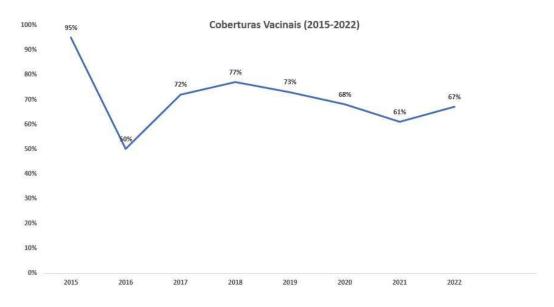
Fez-se perceptível o sucesso da campanha visto que o último caso de poliomielite do Brasil ocorreu no ano de 1989 e o país recebeu o certificado de eliminação da poliomielite no ano de 1994, o que mostra a adesão populacional a respeito da vacinação, muito por conta da campanha carismática implementada pela comunicação pública.

3.3 - Desinformação

Da mesma forma que os cases de sucesso surgem, como o caso do Zé Gotinha, percebese uma tentativa de movimento contrário, de descrédito a vacinação. Isso porque grupos anticiência ganharam força na última década e contaram com poderosos representantes para compartilhar e fomentar tal pensamento. O Brasil, com anos de sucesso corroborados do Programa Nacional de Vacinação e suas campanhas de saúde pública, chegou em seu ápice de sua conturbação política e social com a descrença de parte da população a respeito da importância e necessidade das vacinas no contexto social. Os dados são alarmantes e indicam para uma vertiginosa queda de coberturas vacinais, especialmente quando se trata do público infantil. (DATASUS, 2023)

No contexto abordado, instituições de saúde entram em estado de alerta a respeito de desinformação da população sobre o assunto. Concomitantemente, desde 2014, percebe-se um movimento anti-vacina forte vindo da rede social "X" (antigo *Twitter*), o que percebe-se no cenário nacional com o início de uma queda das coberturas vacinais a partir de 2015. (VERJOVSKY, 2023)

Figura3 – Gráfico em linha representando a cobertura vacinal geral desde 2015 até 2022, de acordo com os dados do DATASUS



Fonte: Datasus (2023)

Nesse movimento, em muitos casos, são relacionados a políticas conscientes patrocinadas por governos populistas, e de extrema direita que dão suporte a campanhas anti vacinação, no Brasil o exemplo foi o do ex-presidente Jair Bolsonaro. Suas acusações e declarações falsas foram cruciais na implementação de uma ideologia anti ciência e que foi compartilhada por seus seguidores. Declarações de que a vacina contra a COVID-19 não tinha sua eficácia comprovada e que poderia causar efeitos colaterais e mutações foram de encontro

ao que a ciência comprova, mas serviu de argumento para fortalecer um movimento que tinha seu formato embrionário criado. (VERJOVSKY, 2023)

A partir desta contextualização histórica e do cenário atual, buscou-se referências estéticas já utilizadas e que estão em circulação para inspiração na criação de um produto final. Esse produto tem o objetivo de combater essa desinformação sobre as vacinas.

3.4 - Materiais de Referência

Durante a elaboração do material final, fez-se necessário recolher referências estéticas do segmento vacinação presentes em pontos de exercício de saúde no Brasil, assim como unidades básicas de saúde, consultórios médicos e clínicas de vacinação. Esta pesquisa de materiais referenciais se tornou de fundamental importância para compreender o que se encontra em circulação e qual a proposta de valor levar a partir de nossa revista.

Figura 4 – Caderneta de Vacinação da Criança distribuída pelo Ministério da Saúde. Apresenta o calendário em aberto para ser sinalizado com a data e com o antígeno quando a vacinação for concretizada.



Fonte: Ministério da Saúde (2023)

Figura 5 – Calendário de Vacinação da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) – Do nascimento à terceira idade



Fonte: Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) (2023)

Figura 6 – Folheto distribuído em clínicas de vacinação sobre 6 doenças preveníveis por vacinas - GSK



Fonte: GSK

Figura 7 – Folheto distribuido em clínicas de vacinação sobre o herpes zoster, com foco em idosos - GSK





Fonte: GSK

Figura 8 – Folheto distribuido em clínicas de vacinação sobre meningites - GSK



Fonte: GSK



Figura 8 – Folheto distribuido em clínicas de vacinação sobre coqueluche com o público alvo para gestantes - GSK

Fonte: GSK

Após o levantamento de todos os materiais, pode-se notar que cada material trazia um foco em cada antígeno, de maneira que o calendário completo nunca fora abordado em um material único. Em contrapartida, o calendário que apresenta as informações mais completas não traz uma contextualização sobre as doenças e suas principais informações, de modo que para um determinado indivíduo tivesse a vontade de ter a informação completa, ele teria de recolher mais de um material gráfico, dificultando-o na captação da infomação transmitida.

Além dessa personalização por antígenos, percebeu-se também uma segmentação por faixa etária. Folheto para foco em pediatria, gestantes e idosos. Dessa forma, traz mais uma necessidade de unificação de todas as informações em um único material, simplificando-as.

4. INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE

Diante das referências históricas recolhidas, percebe-se um cenário em que os programas de saúde pública, e consequentemente os de imunização, sempre foram peça chave e foco do governo para investimento. A comunicação com campanhas históricas de vacinação, divulgação e conscientização da sociedade foram reconhecidas internacionalmente e o Brasil se tornou referência no assunto. Nesse cenário, o país contava com uma vertente de governo que apoiava as políticas de saúde pública e uma população que compreendia a necessidade do investimento no setor, o qual, mesmo que de maneira precária, se mostrou de fundamental importância durante períodos de epidemias e durante a pandemia de Covid-19

Apesar desse histórico positivo, os anos recentes contaram para uma crise política e social, na qual o país e a população enfrentaram. Com a polarização política o tema vacinação foi utilizado pelo governo de Jair Bolsonaro como uma arma para divulgação de notícias irreais e de natureza mentirosa, de forma que levasse desinformação e a sociedade ao respeito das vacinas que seriam disponibilizadas e as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Com esse cenário, volta-se a um quadro social similar ao período da revolta da vacina. Isso porque, no início do século XX a população não tinha conteúdo e nem informações o suficiente para estar consciente de tomar uma decisão fundamentada em fatos comprovados cientificamente. (RIO PREFEITURA, 2006) Embora a desinformação da população fosse presente em ambos os casos, os cenários eram diferentes. No Brasil recente, a propagação de notícias irreais eram planejadas e intencionais oriundas de um governo de extrema direita, o qual foi considerado publicamente um genocida. (VERJOVSKY, 2023)

Importante ressaltar que a população, desinformada, e bombardeada por informações falsas e de veracidade duvidosa mostrou-se influenciável e curiosa e ao ser impactada por notícias falsas do equipamento público, suas crenças ficavam distorcidas e alheias à realidade científica. (VERJOVSKY, 2023)

Por isso, o desafio é ampliar o conhecimento da população acerca do tema e retomar as coberturas vacinais, em queda muito por conta da força que movimentos anti-ciência e anti-vacina tiveram nestes últimos anos. Dessa forma, compreende-se a necessidade de trazer um material gráfico, neste caso uma revista, com informações acerca de vacinação, que possa ser de utilidade pública e esteja disponível nos postos de saúde de cada bairro. O objetivo da revista é abordar aspectos como: onde se vacinas, por que se vacinas, quando se vacinas e levar aos leitores o conhecimento histórico das vacinas e as doenças que elas combatem.

5. RELATÓRIO DE CRIAÇÃO

5.1 - Abordagem adotada

Na montagem do material, a abordagem adotada foi de trazer uma revista em tamanho A5 que tenha uma linguagem informativa, simplificada e direta para o seu público alvo. Durante as pesquisas de campo feitas, ao visitar clínicas de vacinação, postos de saúde e consultórios médicos aliado com a pesquisa na internet por materiais em circulação sobre o tema de vacinação, notou-se uma quantidade enorme de folhetos independentes focados em cada doença foco. Muitas das vezes cada folheto abordava uma doença, geralmente a doença representava a problemática combatida por cada indústria farmacêutica responsável por cada antígeno e por cada material promovido. Isso pode ser percebido tanto em postos de saúde, quanto em clínicas e laboratórios privados de vacinação.

Neste material, o objetivo é reunir as informações presentes, disponíveis e oferecidas pelas autoridades sanitárias mais confiáveis. Autoridades estas como, Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Imunizações, Sociedade Brasileira de Pediatria, Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde e Centers for Disease Control and Prevention. Dessa forma, será possível conscientizar ao público alvo as necessidades de imunizações ao longo da vida.

O material terá foco e apresentará as indicações necessárias do nascimento até a terceira idade considerando cada modelo de calendário, de acordo com sexo, faixa etária e complicações necessárias de um calendário personalizado. Além de conscientizar sobre o calendário de vacinação, o material fornecerá as informações básicas de cada doença recomendada para a imunização, assim como epidemiologia, gravidade, sintomas e formas de transmissão de cada enfermidade.

Notou-se uma lacuna na comunicação com a população no sentido de cumprir o objetivo de explicar a vacinação de forma simples, confiável e empírica sobre os seus benefícios e o que sua ausência pode causar. Neste material, a abordagem será de valorização de todo o trabalho historicamente feito no Brasil e de modo que sirva como uma forma de material confiável durante o período em que nós vivemos.

Recentemente, movimentos anti-vacinas vêm ganhando força no cenário nacional e internacional, muito também por conta de uma comunicação ausente do lado da ciência. Um dos pontos que podem ser ressaltados é de que a falta de compreensão social acerca do tema da vacinação se deve muito por conta do sucesso da própria. Em tempos de doenças que eram palpáveis e perceptíveis, notava-se um efeito da vacina por conta da sua eficácia de redução de

casos no cenário. Nesse sentido, a poliomielite se enquadra perfeitamente no exemplo, visto que o seu último caso no Brasil aconteceu em 1989 e a OPAS decretou que a pólio foi eliminada em 1994.

Importante ressaltar que de acordo com a RDC 96 (2008), os materiais devem conter informações equilibradas de acordo com o público que planeja atingir. Como o público alvo deste material não se trata de um público técnico-científico, a linguagem e informações abordadas devem ser de cunho informativo e não publicitário, visto que o público que irá ser impactado não tem o conhecimento científico necessário para distinguir ou receber informações comerciais de produtos farmacêuticos, assim como as vacinas.

Durante a pesquisa, notou-se uma jornada do paciente ao que se diz respeito à vacinação. Primeiramente, ele precisa ser informado sobre quais doenças ele precisa se imunizar e quando é recomendada a imunização. Após informar, é necessário conscientizar sobre as doenças que devem ser prevenidas, explicando sobre sua gravidade. Por último, para onde deve ser direcionado para completar o esquema vacinal.

Logo, no material, as seguintes perguntas serão respondidas:

- Contra o que se vacinar?

Apresentar todas as doenças que apresentam vacinas disponíveis no cenário nacional.

- Quando se vacinar?

Quando cada vacina deverá ser aplicada de acordo com a própria idade.

- Por que se vacinar?

Explicar e evidenciar os dados históricos de epidemiologia, gravidade da doença, formas de transmissão, sintomas e a necessidade de imunização contra aquele antígeno.

Onde se vacinar?

Direcionar o leitor ao melhor ponto possível e onde ele encontrará cada vacina disponível do calendário vacinal. Devido a complexidade, sempre é importante ter um acompanhamento médico também para atualização da carteira de vacinação.

5.2 - Estrutura de Layout

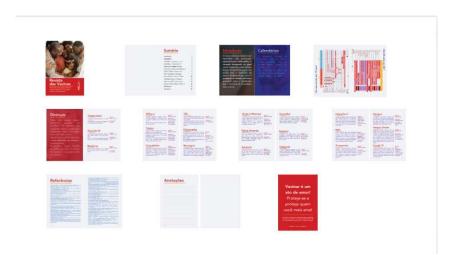
Neste tópico, serão apresentados os conceitos e referências sobre o layout editorial da Revista, com base em referências acadêmicas sobre design. Tais referências auxiliaram na criação e na estruturação do material final, de modo que fique agradável e atenda as necessidades do público alvo.

5.2.1 Formato

O formato escolhido para a continuidade na produção do conteúdo vai ser similar ao de uma revista. No livro Layout de Gavin Ambrose e Paul Harris (2012), a definição de revista se dá a um formato mais interessante do que ao de um livreto, com um processo de impressão mais barato do que um livro e de conteúdo "mais descartável" visto que o tema de vacinação está em constante atualização e a necessidade de trabalhar com impressões periódicas se faz presente.

A produção da revista geralmente traz o foco no conteúdo, mais até do que no formato em si utilizado para a produção. Nesta revista de 20 páginas, o foco é exatamente esse. Trabalhar em um conteúdo robusto, comunicando-o de maneira objetiva e simplificada, de forma que o formato e layout da revista seja catalisador para essa passagem da mensagem para o leitor impactado. (Figura 9)

Figura 9 – Espelho da Revista



A revista será em um formato diferente da maioria produzida. Com a finalidade de ser portátil e de ter o objetivo de fazer com que seu público pegue-a e leve para casa para servir de consulta e registro pessoal, o formato será em A5 (14,8cm x 21cm).

5.2.2 Construção de Grid

A criação de um grid para uma revista no formato A5 é uma tarefa crucial no design editorial, e o livro "Grid: Construção e Desconstrução" de Timothy Samara (2007) oferece valiosas orientações nesse processo. Em seu trabalho, Samara enfatiza a importância de um grid sólido como estrutura organizacional. Um grid bem elaborado proporciona consistência visual, facilita a legibilidade e mantém o conteúdo coeso em todas as páginas. No contexto de uma revista A5, é essencial definir o número de colunas, a largura das margens e os espaçamentos entre elementos para garantir que o layout seja esteticamente agradável e funcional.

Falou-se também sobre a aplicação do princípio da repetição, que, embora proporcione uma coesão visual ao longo do material final – revista -, pode, por outro lado, gerar uma certa monotonia. Isso levou a orientações sobre como os elementos podem ser organizados e diversificados para introduzir uma "quebra" na sua apresentação.

White (2005) ressalta que a criação de caos e confusão ocorre quando cada página é completamente diferente uma da outra, envolvendo o uso de cores, formas e texturas distintas em cada página. Por isso, é crucial desenvolver um formato para cada conteúdo, permitindo uma disposição variada dos elementos e de modo que seja possível estabelecer uma relação entre eles por meio de uma unidade visual identificável e compreensível, gerando assim um ritmo coeso.

No caso da parte das doenças dentro da revista, optou-se pela escolha do grid formado por 3 colunas e dividir o conteúdo sobre as doenças em duas colunas. A coluna da direita ficou com a informações mais práticas, como onde se vacinar e quando é necessário executar essa ação. (Figura 10).

Figura 10 – Sugestões de Grid.



Nas folhas de introdução aos capítulos, foi feita uma divisão da altura da página e três frações. Um terço contendo uma imagem e os dois terços abaixo contendo o texto. (Figura 11)

Figura 11 – Grid de introdução Capítulos



Já as margens desempenham um papel crítico na legibilidade e na estética do design. Para uma revista A5, estipulo as margens de 15 mm, visto que o foco não é ter muito texto, mas sim conseguir trazer uma simbiose texto-imagem-gráficos. Optou-se por uma margem mediana para não sobrecarregar o leitor com tanta informação, e nem compactar tanto as mensagens por conta da necessidade de uma certa leitura mais focada.

Os espaçamentos entre elementos, como texto e imagens, são cruciais para o equilíbrio visual. Será usado um espaçamento uniforme e consistente, garantindo que haja espaço suficiente para uma leitura confortável. Os espaçamentos são de 2 vezes o tamanho da fonte como espaço entre linhas para texto.

Além disso, Samara (2007) aborda a construção do grid como uma ferramenta criativa. Enquanto a estrutura do grid oferece estabilidade. Para esta revista A5, a estrutura do grid utilizado traz a informação de maneira objetiva e direta para seu público.

Por fim, o livro de Timothy Samara enfatiza a importância de equilibrar a consistência estrutural com a experimentação criativa. Ao criar um grid para uma revista A5, os designers devem considerar a natureza do conteúdo e o público-alvo, adaptando o grid de acordo com as necessidades específicas da publicação.

5.2.3 Tipografia

As letras são elementos essenciais na escolha do design para melhorar e otimizar a compreensão e leitura do que quer ser comunicado. (LUPTON, 2013).

A escolha das fontes tipográficas desempenha um papel fundamental na criação de uma revista visualmente atraente e de fácil leitura. Ellen Lupton, em seu livro "Pensar com tipos" (2013), nos oferece valiosas diretrizes para tomar decisões informadas sobre as fontes a serem usadas. O primeiro ponto a considerar é o título chamativo da revista. Para um título, é essencial escolher uma fonte que seja impactante e que represente a identidade da publicação. Geralmente, fontes sem serifa são ideais para títulos, pois oferecem um visual moderno e limpo

que atrai a atenção do leitor de imediato. Nesse contexto, optou-se por seguir com a fonte Avenir. (Figura 12)

Figura 12 – Fonte Avenir

Avenir abcdefABCDEF1234567890

Por outro lado, para o texto corrido da revista, a legibilidade é a principal prioridade. Nesse contexto, fontes com serifa, como Garamond, tendem a ser a escolha mais sensata. As serifas, ou as pequenas extensões nos traços das letras, ajudam a guiar os olhos ao longo das linhas de texto, tornando a leitura mais fluida. Além disso, as fontes com serifa são tradicionalmente associadas a um ar mais formal e sofisticado, o que pode ser apropriado para muitos tipos de conteúdo em revistas, como o que será apresentado neste projeto. Um conteúdo científico com uma linguagem objetiva e destinada para um público leigo. (Figura 13)

Figura 13 – Fonte Garamond

Garamond

abcdefABCDEF1234567890

Por isso o uso de fontes tipográficas para uma revista deve ser baseada no propósito do texto. Fontes sem serifa são ideais para títulos chamativos, enquanto fontes com serifa oferecem uma melhor legibilidade e são mais apropriadas para o texto corrido. Ao seguir as orientações de Ellen Lupton e considerar cuidadosamente o equilíbrio entre estilo e legibilidade, é possível criar uma revista que seja atraente e fácil de ler para seu público-alvo.

Sobre as especificações dos caracteres como tamanho de fonte de título e corpo, foram alteradas de acordo com a necessidade e objetivo da mensagem que seria passada na parte escrita.

Nos títulos das páginas de apresentação de tópico, utilizou-se as fontes em tamanho 44 e o texto em tamanho 14, pois havia espaço para fontes em tamanhos maiores.

Além dessas especificações, durante a parte de texto corrido e abordagem sobre as doenças, foi utilizado fontes de corpo em tamanho 12 e do título em tamanho 28.

O alinhamento utilizado em todos os casos foi o de texto justificado para padronizar as informações de modo que deixe mais perceptível a divisão por colunas do grid e se assemelhe a um texto mais científico.

5.2.4 Paleta de Cores

A escolha de uma paleta de cores para uma revista informativa que aborda conteúdo científico é uma decisão crucial, pois as cores desempenham um papel significativo na comunicação visual. A abordagem de cores quentes, mas claras, visando criar uma imagem alarmante e gerar peso de atenção no público-alvo, pode ser justificada com base nas teorias psicodinâmicas das cores em comunicação, conforme exploradas no livro "Psicodinâmica das cores em comunicação". (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2011)

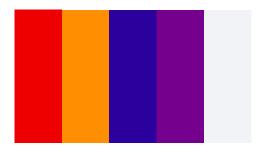
As cores quentes, como o vermelho e o laranja, geralmente evocam emoções e sensações intensas, e são conhecidas por capturar a atenção rapidamente. Nesse contexto, o vermelho pode ser associado ao senso de urgência e importância, enquanto o laranja transmite energia e entusiasmo. Para conteúdo científico, a utilização de um tom não tão escuro dessas cores, como um vermelho ou laranja, ajuda a suavizar a sensação alarmante, mantendo a atenção do leitor sem sobrecarregá-lo emocionalmente. Isso é essencial, uma vez que, ao abordar temas científicos, é importante equilibrar a seriedade do conteúdo com a acessibilidade e a clareza.

Além disso, a escolha de cores complementares ou contrastantes, como azul, pode ser valiosa. O azul é frequentemente associado à confiança, calma e estabilidade, o que pode fornecer um contraponto equilibrado para as cores quentes na paleta. Essa abordagem equilibrada permite que o conteúdo científico seja percebido como sério, mas acessível, chamando a atenção do público sem criar uma atmosfera alarmante e opressiva.

Desta forma, a escolha de uma paleta de cores quentes, para uma revista científica informativa é justificada pela necessidade de criar uma sensação de importância e chamar a atenção do público. As cores quentes são eficazes nesse aspecto, mas ao optar por tons mais vivos, é possível equilibrar o impacto emocional, tornando o conteúdo mais acessível. A incorporação de cores complementares, como o azul, ajuda a manter um equilíbrio visual que é fundamental para a comunicação eficaz de informações científicas.

Além dessas cores, trazer um aspecto de neutralidade com uso de preto e cinza para composição do fundo da imagem se fez essencial para dar um foco nas cores escolhidas. (Figura 14)

Figura 14 – Paleta de cores



5.3 - Processos de Produção

5.3.1 Impressão

O processo de impressão offset é amplamente considerado ideal para a impressão de revistas no formato A5 por diversas razões. Em primeiro lugar, ele é altamente eficiente para grandes tiragens, tornando-o econômico quando se pretende produzir um grande número de cópias. A qualidade da impressão offset é excepcional, garantindo cores nítidas e detalhes precisos, o que é fundamental para uma revista, já que muitas vezes inclui imagens e gráficos que requerem reprodução fiel.

A escolha da impressão offset muitas vezes se baseia em sua capacidade de oferecer alta qualidade de impressão em larga escala, tornando-a uma opção eficiente para produção em massa. A tecnologia offset utiliza chapas de impressão que transferem a tinta para um cilindro intermediário, que então transfere a imagem para o papel. Isso permite uma reprodução nítida e consistente, sendo especialmente vantajosa para trabalhos que exigem detalhes finos e cores vibrantes. Além disso, a impressão offset oferece versatilidade na escolha dos materiais. A eficiência e a qualidade consistentemente elevada fazem da impressão offset uma opção atraente para projetos de grande escala, como catálogos, revistas e materiais promocionais.

Em suma, a impressão offset é a escolha ideal para revistas A5 devido à sua eficiência para grandes tiragens e à alta qualidade de reprodução de cores e detalhes.

5.3.2 Suporte

A escolha do papel couchê brilho na capa, com uma gramatura de 150g/m², para uma revista que fornece informações científicas e sérias é altamente apropriada e justificada por várias razões. Em primeiro lugar, a gramatura de 150g/m² confere ao papel um peso e espessura consideráveis, transmitindo uma sensação de qualidade e durabilidade. Isso é fundamental quando se deseja que a revista seja percebida como um produto de maior valor, adequado para conteúdo informativo e sério.

Além disso, o papel offset, que será utilizado no miolo é conhecido por sua capacidade de reproduzir texto e imagens com alta fidelidade e nitidez. Para uma revista que aborda informações científicas, é essencial que os gráficos, tabelas e imagens sejam reproduzidos com precisão, garantindo que o leitor possa compreender e analisar as informações com clareza. O papel offset de 90g/m² proporciona uma excelente base para isso, permitindo que o conteúdo seja impresso de maneira nítida e profissional.

A escolha do suporte para a capa da revista também é crucial para transmitir a sofisticação e a seriedade do conteúdo. Uma capa de revista brilhante e resistente ajuda a atrair a atenção do leitor e a estabelecer uma primeira impressão impactante. Portanto, é apropriado optar por um suporte de capa com gramatura mais alta, como 150g/m², que é mais rígido e durável, conferindo à revista uma autoridade e sensação de confiança.

O brilho presente no suporte da capa acrescenta um toque de elegância e destaque ao design da revista, chamando a atenção do leitor para o conteúdo importante e de alta qualidade. Para uma revista que fornece informações científicas, a capa brilhante é um indicativo de que o conteúdo dentro da revista é igualmente informativo e valioso.

Nesse contexto, a escolha do papel offset de 90g/m² para o miolo da revista oferece qualidade de impressão e durabilidade para acomodar informações científicas de forma clara e nítida. Enquanto isso, o suporte da capa com gramatura mais alta e brilho contribui para a sofisticação e a atratividade, garantindo que a revista seja percebida como uma fonte de informações sérias e confiáveis. Juntos, esses elementos combinados ajudam a estabelecer a revista como uma publicação de alta qualidade destinada a leitores que buscam conteúdo informativo e relevante.

5.3.3 Formato

A escolha do formato A5 para uma revista científica é motivada por diversas considerações práticas e estéticas. O formato A5 é conhecido por suas dimensões de 148 x 210 mm, que se assemelham a metade de uma folha de papel A4. Essas dimensões são ideais para uma revista de rápida leitura e de consulta, uma vez que proporcionam um equilíbrio perfeito entre conteúdo e portabilidade. As páginas A5 são grandes o suficiente para acomodar comodamente texto, gráficos e ilustrações, permitindo uma leitura confortável e uma organização eficiente de informações, mas também são pequenas o suficiente para que a revista seja prática para manusear e carregar.

Além disso, o formato A5 é utilizado para produções de leitura mais rápida e informativa, o que é apropriado para esta revista, visto que será divulgada em ambientes de

cuidado à saúde com informações de simples leitura e que sirva de consulta. Ele confere à revista uma aparência mais cuidadosa e direcionada, sugerindo que o conteúdo é focado, criteriosamente selecionado e direcionado a um público interessado em informações científicas de alta qualidade. Portanto, o formato A5 é uma escolha atraente para essa revista, pois proporciona uma experiência de leitura conveniente, sugere um nível de seriedade e comprometimento com a precisão e a credibilidade do conteúdo científico apresentado. Além disso, oferece uma portabilidade melhor do que uma A4.

5.3.4 Encadernação

Para uma revista no formato A5, a escolha de uma encadernação simples e eficaz é frequentemente uma estratégia acertada para reduzir custos. A encadernação em grampos metálicos, também conhecida como grampo canoa, é uma opção econômica e funcional. Ela envolve a utilização de dois ou três grampos ao longo da lombada da revista para fixar as páginas juntas. Essa técnica é amplamente utilizada em revistas de baixo custo de produção devido à sua simplicidade e eficiência. Além disso, a encadernação por grampos metálicos permite que as páginas da revista sejam abertas facilmente e dobradas ao meio, tornando a leitura mais conveniente e agradável para o público.

A simplicidade dessa abordagem não apenas ajuda a economizar nos custos de produção, mas também confere à revista uma estética direta e descomplicada, que pode ser apropriada para uma variedade de conteúdos, incluindo revistas informativas e científicas. Ela ressalta o foco no conteúdo em si, em vez de adicionar detalhes ornamentais à encadernação, tornando-se uma escolha pragmática para uma revista A5 que busca a economia e a eficiência.

5.3.5 Acabamento

A escolha do papel couché brilho para a capa de uma revista é fundamentada em diversos aspectos que visam potencializar a qualidade estética e a atratividade do produto final. O couché brilho oferece uma superfície lisa e revestida, que realça a vivacidade das cores e proporciona um acabamento brilhante e sofisticado. Essa característica confere à capa um aspecto mais vibrante, capaz de capturar a atenção do leitor desde o primeiro contato visual. Além disso, o papel couché brilho possui uma excelente capacidade de reprodução de imagens e detalhes, elevando a qualidade gráfica da capa e tornando-a mais atraente. Sua resistência e durabilidade também contribuem para a preservação da integridade da revista ao longo do tempo. Essa escolha do papel couché brilho não apenas valoriza a estética da capa, mas também

ressalta a qualidade do conteúdo, estabelecendo uma impressão inicial impactante e positiva no público-alvo.

Para o miolo, a escolha do papel offset para a impressão se deve à busca por uma estética visualmente atraente e impactante. O revestimento brilhante aplicado à superfície do papel cria uma superfície lisa e refletiva, realçando a saturação das cores e proporcionando maior contraste. Isso resulta em imagens mais vibrantes e textos mais nítidos, tornando o papel brilhante uma escolha popular para materiais promocionais e neste caso da revista. Além da qualidade de imagem aprimorada, o papel couche brilho também oferece resistência à absorção de tinta, o que contribui para uma reprodução mais nítida e detalhada. Embora a escolha do papel dependa do contexto e do propósito do projeto, esse papel se destaca por sua capacidade de proporcionar uma apresentação visualmente atraente e profissional.

5.4 - Estratégias de Divulgação

Para promover efetivamente a revista sobre vacinação para pacientes de clínicas, é crucial desenvolver uma estratégia de divulgação robusta, considerando os princípios de marketing de Philip Kotler (1967).

Inicialmente, a segmentação de mercado se revela essencial, identificando o públicoalvo, que são os pacientes frequentadores das clínicas de vacinação, consultórios médicos e unidades básicas de saúde (UBS) — com foco maior em estabelecimentos de APS (Atenção Primária à Saúde) - que apresentam salas de vacinação.

As três apresentam suas peculiaridades. No caso dos consultórios médicos, foca-se em profissionais de saúde que fazem um acompanhamento do calendário de imunização de seus pacientes. Sejam eles pediatras, ginecologistas, cardiologistas ou qualquer outra especialidade que faça a checagem da carteira do indivíduo. Vale ressaltar que sempre é importante checar as doses aplicadas e se alguma está em atraso.

Nas clínicas de vacinação, a vacina não é disponibilizada de forma gratuita e o paciente optou por pagar para se imunizar. Elas são clínicas particulares e laboratórios de exames.

No caso mais comum e que abrange a maior parcela da população, as APS (Atenção Primária à Saúde). As Unidades Básicas de Saúde (UBS), estabelecimentos da APS, conhecidos em muitos locais como postos de saúde, realizam ações e atendimentos voltados à prevenção e promoção à saúde. Nas UBS é possível fazer exames e consultas de rotina com equipes multiprofissionais e profissionais especializados em saúde da família, que trabalham para garantir atenção integral à saúde no território. Desta forma, esta é a praça primária e foco de implementação da revista por conta do volume de trânsito de pessoas e potencial de impacto.

Com base nessa segmentação, a revista pode ser útil nessas três praças descritas acima, pois aborda temas úteis para a população que são complementares aos atendimentos em cada localidade. Temas como imunização em diferentes faixas etárias e informações atualizadas sobre as doenças que precisam ser prevenidas, são úteis para a população como um todo, pois trata-se de uma questão de saúde pública.

O segundo passo envolve a diferenciação da revista, destacando-a entre outras fontes de informação. Utilizando a estratégia de Kotler (1967), é importante ressaltar conteúdos exclusivos, dados científicos confiáveis para estabelecer a revista como uma fonte confiável e autoritária sobre vacinação. Além disso, integrar elementos visuais atrativos e de fácil compreensão pode aprimorar a experiência do leitor, tornando a revista mais acessível e atraente.

A gratuidade da revista para os pacientes nas clínicas de vacinação pode ser uma estratégia eficaz. Isso não apenas incentiva a adesão à leitura, mas também fortalece a imagem positiva da clínica ao fornecer informações valiosas de forma em que o paciente se sinta a vontade para consultar quando entender necessário.

Para a divulgação deste material no ponto de saúde, percebeu-se um comportamento durante pesquisas de campo, de modo que seja possível duas abordagens diferentes:

A primeira seria a entrega do material para o médico responsável pela unidade de saúde. Após a consulta, ele oferece a revista para o paciente para que ele consiga acompanhar as informações necessárias e saiba quais ações precisa tomar a partir daquele momento.

Além dessa, a manutenção de estoque do material em pontos estratégicos de divulgação. Ao paciente entrar na unidade de saúde – seja no posto de saúde, na clínica de vacinação ou em consultórios médicos – ao chegar a recepção, seja impactado pela revista informativa de modo que o desperte curiosidade e o faça recolhê-la. Além disso, o reforço dos funcionários para que o indivíduo pegue o material é indispensável.

Desta forma, a revista pode se fazer presente em 3 praças diferentes de divulgação. Sejam elas um consultório médico, uma clínica de vacinação ou uma unidade básica de saúde (UBS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, fica clara a importância da revista sobre a imunização para levar informações de conscientização e úteis para a população, visto que se faz necessário retomar a confiança da população e reforçar a importância das vacinas para uma melhora na qualidade de vida, ao prevenir doenças, e por questões de saúde pública.

Nesta pesquisa, observou-se que a população brasileira já havia passado por momentos de desconfiança com a vacinação, mas essa problemática foi resolvida com ações de conscientização populacional. Além disso, nesse contexto, é de fundamental importância ressaltar as medidas anti-vacina de líderes poderosos e de movimentos que vieram a tona na ultima década. Desse modo, fez-se necessário a produção de um material didático e informativo que exalte a importância da vacinação, recolhendo de fontes confiáveis de instituições de saúde, para que a informação chegue na população de maneira clara e transparente. Portanto, a unificação de todas as informações necessárias e úteis para população foram minuciosamente checadas e selecionadas para que formassem um produto coeso e de qualidade.

É fundamental afirmar que todas as informações presentes na Revista de Imunizações foram selecionadas de materiais e artigos informativos de instituições reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e de artigos científicos publicados e aprovados. Por isso, está corroborada a autoridade do material com suas informações.

Sobre a construção do material gráfico, levou-se em conta a necessidade atual de um material informativo, para uma população que em alguns casos não compreendem a percepção de importância das vacinas. Isso muito por conta de influências negativas nos últimos anos. Além disso, durante a pesquisa de campo, notou-se uma necessidade de unificação de comunicação dos materiais gráficos existentes. Nesse contexto, unir as informações presentes em diversos folhetos em um folheto completo, informativo e que atenda as expectativas dos indivíduos. Buscou-se unir as informações de saúde mais importantes com a teoria de criação de materiais gráficos na elaboração do conteúdo em si, de modo que cor, grid, layout e todas as especificações estivessem alinhados ao objetivo de impactar seu público alvo.

Por fim, esta revista servirá como um material de consulta e de conscientização para a população sobre a importância da vacinação durante toda a vida, combatendo os movimentos de desinformação percebidos nos últimos tempos.

REFERÊNCIAS

AMBROSE, G.; HARRIS, P. Layout. 2^a. Porto Alegre: Bookman, 2012. Artmed, out, 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RESOLUÇÃO-RDC Nº 96, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008**, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Coordenadora Geral do Programa Nacional de Imunizações. Comunicado: Alerta para risco de reintrodução do poliovírus selvagem (PVS) e o surgimento do poliovírus derivado vacinal (PVDV) no Brasil. Disponível em: . Acesso em 04 out. 2022.

BRASIL. Datasus – Tabnet. **Dados de Cobertura Vacinal de 2015 até 2022.** Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd pni/cpnibr.def>. Acesso em 30 nov. 2023.

BRASIL. **História do Zé Gotinha: saiba como nasceu o símbolo da imunização do Brasil.** Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/historia-do-ze-gotinha-saiba-como-nasceu-o-simbolo-da-imunizacao-do-brasil>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança - Menino.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança - Menina**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menina_12ed.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Programa Nacional de Imunizações – Vacinação.** Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Revista da Vacina – Ministério da Saúde.** Disponível em: < http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/ltempo.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CARDOSO, V. et al. Marketing e aplicações na saúde pública brasileira: o caso do Zé Gotinha. Salão do Conhecimento, 2017.

RESENDE, J. R.; ALVES, C. A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 65, n. 2, p. 129-148, maio/ago, 2020.

FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. **Psicodinâmica das cores em comunicação.** 6ª ed. São Paulo: Blucher, 2011.

FROEMMING, L. **Marketing institucional.** Ijuí: Editora Unijuí, 2008. Marketing público. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

JUNIOR, E; VASCONCELLOS, G. A vacinação obrigatória como um dever constitucional e um direito fundamental coletivo: saúde pública versus liberdade individual em tempos de pandemia da COVID-19. Revista Eletrônica Direito e Sociede. v. 9 n. 2 (2021). jun, 2021

KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2006.

LUPTON, E. **Pensar com tipos.** 2^a ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MOURA, E. **O** direito à saúde na Constituição Federal de 1988. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 114, jul, 2013.

NASCIMENTO, D. R. As campanhas de vacinação contra a poliomielite no Brasil (1960-1990). Ciênc saúde coletiva [Internet]. 16(2):501–11, fev, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Poliomielite.** Disponível em: . Acesso em 30 nov. 2023.

PAIM, J. A. Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(10):1927-1953, out, 2013

PARRY, J. No vaccine for the scaremongers. Bull World Health Organ; 86(6):425-6, jun, 2008.

PASQUALI, L. et al. Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RIO PREFEITURA. Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 - Revolta da Vacina.** A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. — A Secretaria. 120 p.: il. — (Cadernos da Comunicação. Série Memória), 2006.

SAMARA, T. Grid construção e desconstrução. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

SILVA, E; MAZZON, J. A. Plano de Marketing social para a promoção da saúde: desenvolvimento de políticas de saúde pública orientada ao "cliente". REMark- Revista Brasileira de Marketing, v.15, n. 2, p.164-176, abr./jun, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES. Calendário Vacinal SBIm 2023/2024 – Do nascimento à terceira idade. Disponível em: https://sbim.org.br/calendarios-de-vacinacao. Acesso em 30 nov. 2023.

SOUZA, J. C.; BARROS, R. J.; et al. **Reflexos e resultados do PNI desde sua implementação até o presente.** Científic@ - Multidisciplinary Journal, 8(2), 1-9, nov, 2021.

TEMPORÃO, J. G. **O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento.** História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 10 (suplemento 2): 601-17, 2003

VERJOVSKY, M., BARRETO, M. P., et al. Political quarrel overshadows vaccination advocacy: How the vaccine debate on Brazilian Twitter was framed by anti-vaxxers during Bolsonaro administration. Vaccine 41(39), 5715-5721.

WHITE, J. V. **Edição e Design: Para designers, diretores de arte e editores.** 2. ed. São Paulo: JSN Editora, 2006